

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT02.010](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT02.010)

O PLANO DE ENSINO TUTORADO COMO RECURSO PARA O ENSINO REMOTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Ernesto de Oliveira Canedo Júnior

Doutor pelo Curso de Entomologia da Universidade Federal de Lavras - UFLA, ernesto.canedo@uemg.br.

Matheus Souza de Paula

Graduando do Curso de do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais, matheus.0893257@discente.uemg.br.

Bruna Gabrielle de Freitas Francisco

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, bruna.0893255@discente.uemg.br.

Renata Christian de Oliveira Pamplin

Doutora pelo Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, renata.pamplin@uemg.br.

RESUMO

Os impactos resultantes da pandemia da COVID-19 se estenderam por toda a sociedade, sendo que esta proposta pretende discutir especificamente os direcionados à educação brasileira, com recorte específico para a adoção do Plano de Estudos Tutorado (PETs) pelo Governo do Estado de Minas Gerais durante o ensino remoto. O presente realizou análises sobre a elaboração, estruturação, distribuição e aplicabilidade dos PETs com foco nos materiais voltados para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Através da análise dos materiais e consulta à bibliografia relacionada ao tema foi possível observar as potencialidades e fragilidades apresentadas nos PETs. De forma geral, foram identificadas fragilidades no material relacionadas tanto em sua

estrutura (conteúdos, conceitos, apresentação etc), quanto em sua aplicabilidade. Tais fragilidades podem ser atribuídas ao curto espaço de tempo no qual o material foi produzido e a questões sociais que foram intensificadas na pandemia, principalmente no que diz respeito ao acesso à internet. Embora com limitações estruturais e de conteúdo, o PET se configurou como uma base para nortear o trabalho docente durante o ensino remoto, a qual auxiliou na minimização dos efeitos negativos do distanciamento social sobre os processos educativos.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Minas Gerais, Plano de Estudos Tutorado.

INTRODUÇÃO

De acordo com informações publicadas no sítio eletrônico das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 11 de março de 2020 foi decretado Estado de Pandemia da COVID-19. Na ocasião, Tedro Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, relatou uma rápida amplificação no número de casos e a expansão rápida dos mesmos fora da China, onde os primeiros casos foram detectados.

A COVID-19 é uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Os sintomas mais comuns, descritos à época, incluíam febre, tosse e falta de ar, sendo que o início teve como marco um surto de Pneumonia ocorrido em Wuhan, na China, durante janeiro de 2020. Similar a outros vírus que transmitem doenças respiratórias a transmissão se dá de maneira bastante acelerada por via respiratória, sendo que no caso da COVID-19 outras rotas de transmissão detectadas consistem nos canais oral e fecal (CIOTTI et al., 2020).

Neste contexto, em 18 de março de 2020, o Congresso Nacional reconhece a situação de calamidade pública encaminhada pelo Governo Federal decretando medidas alternativas para combater e diminuir os impactos advindos da pandemia em território brasileira e vislumbrando a implementação de medidas econômicas, estabelecimento de fechamento de fronteiras, desoneração de produtos médicos e hospitalares, expansão de assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social, dentre outros. Além disso, houve a instauração de uma Comissão, constituída por Deputados e Senadores, para acompanhamento, análise e deliberação acerca da realidade da Pandemia no Brasil. As determinações constam do Projeto de Decreto Legislativo nº 88 de 2020 (BRASIL, 2020a) que originou o Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020a).

A partir da constatação de que a onda de casos de síndrome respiratória se tratava de uma nova doença, os cientistas reuniram esforços para compreender o agente patológico e a doença em si. Dessa forma, estudos identificaram que a letalidade do SARS-CoV-2, quando comparada a outros coronavírus, é mais baixa, porém em função da alta taxa de transmissibilidade acaba resultando em um número absoluto maior de mortes (AQUINO et al.,

2020). Aliado a isso, há ainda a questão dos impactos advindos das diversas sequelas decorrentes da doença que ainda se encontram em estudo, mas acarreta um ônus para o sistema de saúde e para a qualidade de vida da população afetada, sendo que este conhecimento ainda se encontra em investigação dada a recente ocorrência dos fatos, conforme apontam Grendene, Gulo, Betiol e Puglisi (2021).

Devido ao alto contágio e rapidez na transmissibilidade, aliado ainda ao fato de muitos apresentarem a doença de forma assintomática (CIOTTI et al., 2020), medidas restritivas foram implementadas no sentido de diminuir ou extinguir a circulação de pessoas em determinados espaços, implementando assim o distanciamento social que impactou a sociedade mundial em diversos setores.

Aquino et al. (2020) ao dissertarem sobre os impactos e desafios advindos do distanciamento social pontuam que a alternativa se fez necessário para evitar colapsos nos sistemas de saúde e diminuir a ocorrência de óbitos, apontando a necessidade à época de avaliação de indicadores das ações de isolamento, da testagem da população e evolução da pandemia, dentre outros. Os autores pontuam ainda a necessidade de que, aliado às medidas adotadas, fossem implantadas políticas de proteção social visando garantir a manutenção do distanciamento social.

As medidas restritivas adotadas surtiram os efeitos esperados, visto que, o distanciamento social acarretou na queda do número de internações e morte, além da desaceleração do contágio. Entretanto, o isolamento causou diversos impactos sociais, os quais ainda não temos total compreensão e que influenciarão todo mundo nas próximas décadas, especialmente as populações mais vulneráveis (MATA et al., 2021). É necessário deixar claro que o objetivo deste estudo não é se opor ao distanciamento social, haja vista sua necessidade, mas sim refletir sobre seus impactos no âmbito educacional, especificamente no Estado de Minas Gerais.

Concebe-se aqui a educação enquanto um processo que se baseia não somente na aprendizagem de novos conteúdos e expansão do conhecimento acadêmico, mas enquanto um contexto que propicia a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão capaz de entender, intervir e alterar a sociedade (ZABALA, 1998; FREIRE,

1999), por meio da formação cidadã e estruturação da consciência social (GATTI, 2016). Para tanto, é necessário pensar as escolas enquanto um contexto relacional que propicia vivências que possibilitam ao indivíduo influenciar e ser influenciado mutuamente, por meio das contínuas interações que neste contexto ocorrem (LIBÂNEO, 1994; GATTI, 2016) que possibilitam a construção de significados conceituais e auxiliam na formação da criticidade e capacidade argumentativa (ETCHEVERRIA, 2008).

Há consonância entre os principais teóricos do Desenvolvimento Humano acerca da concepção de que este desenvolvimento é produto, tanto de fatores genéticos quanto sociais, sendo que a dimensão dada a cada esfera é variável. Vygotsky (2007), estudioso da área da Psicologia e da Educação, defende que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio das interações, intra e interpessoais, as quais o sujeito em desenvolvimento está envolvido, sendo que a apreensão de informações ocorre sempre mediada por aspectos da cultura, propiciando o desenvolvimento cognitivo do sujeito por meio de processos cada vez mais complexos e mediados. Bronfenbrenner (1996), Bronfenbrenner e Morris (1998) propõem a análise do Desenvolvimento Humano compreendendo sua influência multifatorial (fatores biológicos e ambientais), permeada por diferentes contextos e processos, sendo que o indivíduo em desenvolvimento é suscetível aos eventos que ocorrem tanto nos contextos mais imediatos dos quais efetivamente participa quanto os mais distais, sendo impactado ainda por variáveis de ordem ideológica e histórica.

Assim, é fato que todos foram afetados pela nova realidade que se impôs pela Pandemia e diante disso tiveram que se reinventar e adequar a dinâmica de vida, sendo este processo de maior ou menor impacto frente às possibilidades de adaptação e condições materiais de vida de cada um.

Nesse sentido, Lucas et al. (2020) destacam que a Pandemia e os sentimentos a ela associados representam um desafio à resiliência psicológica, especialmente para crianças e adolescentes. De acordo com os autores, o fechamento das escolas, uma das medidas de contenção da Pandemia adotada em nível mundial, atingiu 84 milhões de crianças na Educação Básica, de acordo com dados do Censo Escolar, resultando em crianças menos ativas,

com irregularidades nos padrões de sono e alimentação. Além do aumento de peso, diminuição da capacidade cardiorrespiratória, há que se considerar os impactos psicológicos advindos do estresse, sentimentos de medo, ausência de interação com colegas, limitação do espaço físico e possíveis perdas financeiras da família, além de outros fatores de risco. Ademais há que se considerar, ainda segundo os autores, os impactos deste contexto a médio e longo prazo, especialmente no desenvolvimento e na saúde mental dessa população.

Em julho de 2022 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou os resultados da segunda edição da pesquisa intitulada “Resposta educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, respondido por 162.818 (equivalente a 91,4%) das escolas que participaram do Censo Escolar no ano de 2021, sendo a coleta de dados realizada no período de 18 de junho de 2021 à 23 de agosto de 2021¹.

Dentre os resultados da pesquisa destaca-se que houve a adoção do ensino presencial por apenas 8% das escolas, sendo que o restante optou pelo ensino híbrido, aliado ou não à outras atividades, e ensino remoto (51,4%), sendo que a escola pública representa a maior parte deste percentual (45,4%). Destaca-se que as escolas adotaram o “continuum curricular”², o que implicou em uma diminuição no número de reprovações, quando comparado aos anos anteriores.

Além disso, as adequações adotadas pelas escolas englobam a adoção de medidas sanitárias para a volta às aulas presenciais e que 92,3% das escolas continuaram a adotar atividades virtuais para realizar reuniões, planejamento e supervisão das atividades, sendo possível detectar atividades de treinamento dos professores

1 Estes dados correspondem a 95,5% das Escolas Públicas e 76,9% das Escolas Particulares.

2 A proposta tem respaldo no Artigo 5º da proposta do Conselho Nacional de Educação que prevê que a carga horária mínima para integralização do ano letivo pode ser efetivada no ano subsequente ou por meio da adoção de dois anos/séries escolares (Continuum curricular) visando o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, pautando-se no Artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que admite diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar (BRASIL, 2021).

na promoção de métodos e recursos para desenvolver o ensino a distância (76,6%) e a disponibilização de recursos tecnológicos (61,6%).

Do total das instituições respondentes, 92,8% declararam que disponibilizaram materiais impressos às famílias e alunos para retirada na escola. Outras estratégias descritas englobam “[...] a oferta de materiais de ensino-aprendizagem na internet (80,2%), seguida de atendimento virtual ou presencial escalonado para os alunos (68,6%)” e “a realização de avaliações e testes, remotamente, com envio/devolução de material físico (64,5%)”.

Inicialmente, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343 em 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020c), na qual autorizava, enquanto medida emergencial, a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, no Ensino Superior, enquanto durasse a Pandemia da Covid-19. Posteriormente, por meio da Medida Provisória nº 934, publicada em 1 de abril de 2020 (BRASIL, 2020d), estendeu esta possibilidade de alteração na modalidade das aulas ao Ensino Básico, desobrigando a obrigatoriedade do mínimo de dias letivos de efetivo trabalho escolar, conforme previsto na LDB 9394/96, mantendo, porém a obrigatoriedade de cumprimento da carga horária anual mínima prevista. Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou em 18 de março de 2020 uma nota de esclarecimento sobre a reorganização do calendário escolar e a adoção do ensino remoto, salientando a autonomia dos sistemas de ensino federal, estadual ou municipal na tomada de decisões e metodologias adotadas (BRASIL, 2020e), em todos os níveis de ensino.

Especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ainda que reconhecendo ser este nível a de maior complexidade em função das crianças não estarem alfabetizadas e dependerem do auxílio de adultos, autorizou-se a realização de atividades pedagógicas não presenciais, necessariamente mais estruturadas para viabilizar a aquisição de habilidades básicas necessárias à Alfabetização. Para a realização das atividades foi sugerido:

[...] aulas gravadas para televisão organizadas pela escola ou rede de ensino de acordo com o planejamento de aulas e conteúdos ou via plataformas digitais de organização de conteúdos; sistema de

avaliação realizado a distância sob a orientação das redes, escolas e dos professores e, quando possível, com a supervisão dos pais acerca do aprendizado dos seus filhos; lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem; orientações aos pais para realização de atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem e habilidades da proposta curricular; guias de orientação aos pais e estudantes sobre a organização das rotinas diárias; sugestões para que os pais realizem leituras para seus filhos; utilização de horários de TV aberta com programas educativos compatíveis com as crianças desta idade e orientar os pais para o que elas possam assistir; elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros); distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas on-line, mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais; realização de atividades on-line síncronas, regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica; oferta de atividades on-line assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário; estudos dirigidos com supervisão dos pais; exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola; organização de grupos de pais, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores e as famílias; e guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes. (BRASIL, 2020, p. 11-12).

Diante da impossibilidade de continuidade presencial das aulas e respaldada pelas legislações já apontadas e a Lei no 14.040 de 18 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020f), que previa o estabelecimento de normas educacionais a serem adotadas excepcionalmente em função do estado de calamidade pública decretado, aliado à tentativa de não paralisar o ano letivo e aumentar as consequências para alunos, famílias e as redes de ensino, foram estabelecidas estratégias que permitissem dar continuidade ao ensino, ainda que não de maneira presencial.

No Estado de Minas Gerais, o Comitê Extraordinário da Covid-19 deliberou sobre a suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino da Rede Pública Estadual em 15 de março de 2020 e, em 19 de março de 2020, manteve a suspensão nas instituições escolares públicas estendendo a determinação às instituições particulares.

Respalda da pela Medida Provisória no 934/2020, em 17 de abril de 2020 o Governo de Minas Gerais publica a Resolução SEE Nº4 310 dispondo as normas para oferta do Regime Especial de Atividades não Presenciais (REANP) e instituindo o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Públicas de Educação Básica e Educação Profissional, visando o cumprimento da carga horária mínima exigida durante a Pandemia. O REANP, visando viabilizar o acesso dos alunos aos materiais e conteúdos, indicava ferramentas estratégicas, a saber:

- a. Aplicativo Conexão Escola 2.0: objetivava a manutenção da interação professor-aluno, possibilitando videochamadas, trocas de informações e experiências pelo chat; acesso aos Planos de Estudo Tutorado (PETs); acesso a atividades complementares elaboradas pelos professores; e acesso às vídeo-aulas transmitidas pelo canal “Se liga Educação”.
- b. Disponibilização de Dados Móveis gratuitos por meio de contrato estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado para acesso ao material pedagógico disponível no Aplicativo Conexão Escola 2.0.
- c. Acesso ao Programa Se Liga na Educação, exibido pela Rede Minas e TV Assembleia, de segunda-feira a sexta-feira de 7h30 às 12h30, sendo trabalhada uma área de conhecimento por dia, e, excepcionalmente às sextas-feiras era trabalhado conteúdo de todas as disciplinas, sendo este dia dedicado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com aulas de todos os componentes curriculares. Os alunos poderiam enviar as dúvidas aos professores entre às 11hs15 e 12hs30, sendo que as aulas ficariam disponíveis no site <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>.
- d. Acesso à Escola Interativa, por meio do link <https://escolainterativa.educacao.mg.gov.br/>, que disponibilizava objetos digitais de aprendizagem à professores, alunos e demais

- interessados. A plataforma permitia, além de seu uso, a criação e compartilhamento de recursos digitais de aprendizagem como por exemplo, “[...] planos de aula roteiros de estudo, jogos digitais de aprendizagem, vídeos, ferramentas para criação, dentre outros materiais” (MINAS GERAIS, 2020, p. 10).
- e. Disponibilização do PET impresso pela escola, se necessário. A definição da estratégia para garantir o acesso dos alunos aos PETs se daria com o apoio da Superintendência Regional de Ensino (SRE), sendo que a SEE/MG disponibilizaria os recursos necessários para efetivar a ação, passando ainda a organização da(s) estratégia(s) pelas Secretarias Municipais de Educação e Prefeituras, visando suporte de funcionários, envio pelos correios ou outras maneiras de viabilizar a entrega dos materiais, desde que resguardados os cuidados sanitários.
 - f. Disponibilização de todo o material do REANP no site www.estudeemcasa.educacao.mg.gov.br. Além dos PETs para *download* era possível ter acesso a recursos didáticos e materiais diferenciados, contemplando ainda guias e tutoriais de uso das ferramentas digitais.

Destaca-se, no escopo deste trabalho, os PETs, que complementarmente às informações anteriormente pontuadas, consta no artigo 3º da Resolução SEE Nº4310 como estratégia “Para o desenvolvimento das atividades não presenciais previstas no art. 2º, as Escolas Estaduais deverão ofertar aos estudantes um Plano de Estudos Tutorados (PET), organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais e com o Plano de Curso da unidade de ensino” (MINAS GERAIS, 2020, p. 2). Assim, este trabalho se propõe a discutir a adoção do Plano de Ensino Tutorado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, como uma das medidas que visou dar continuidade e suporte ao processo de ensino na Educação Básica, durante a Pandemia de Covid-19, com direcionamento para os anos iniciais do Ensino Fundamental³.

3 O direcionamento aqui proposto no sentido de aprofundar a análise do Plano de Ensino Tutorado nos anos iniciais do Ensino Fundamental se deu em função do acompanhamento

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa documental, abordando a metodologia descrita por Pereira et al (2018), utilizando como base o material disponibilizado pelo Ministério da Educação durante o ERE e os Planos de Estudos Tutorados (SEE/MG, 2020). Em seguida realizou-se um estudo bibliográfico da literatura disponível para confrontar com as características e aplicabilidade da ferramenta PET utilizada como estratégia pedagógica durante o Ensino Remoto Emergencial - ERE com foco nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Com base nas análises documentais e da literatura, foram realizados o detalhamento das bases legais que subsidiaram a criação dos PETs, os processos de elaboração e estruturação do material, sua distribuição e aplicabilidade. Por fim, foram tecidas discussões acerca das potencialidades e fragilidades dos PETs, baseando-se nas análises de outros pesquisadores que avaliaram os PETs em diferentes disciplinas/áreas do Ensino Fundamental, anos iniciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano de Estudo Tutorado foi um material produzido por professores e professoras da rede estadual de ensino de Minas Gerais, com a parceria da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional Minas Gerais (Undime-MG) e ofertado aos alunos da rede pública de ensino durante o período pandêmico.

Entre maio de 2020 e fevereiro de 2022 os PETs foram disponibilizados em formato PDF através do sítio eletrônico <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br>, criado pelo Governo de Minas Gerais especificamente para atender às demandas do ensino na modalidade remota. Inicialmente os PETs eram publicados em volumes mensais e, a partir do ano letivo de 2021, passaram a ser

dos autores da implementação do recurso em três Escolas Estaduais do Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, que subsidiaram a implantação do Subprojeto Pedagogia (Edital PIBID nº 02/2020), que foi desenvolvido de outubro de 2020 a março de 2022. Cabe ainda destacar que todos os autores do trabalho estiveram vinculados ao Subprojeto, sendo que o primeiro e a quarta autora atuaram como Coordenadores de área, e o segundo e a terceira autores foram bolsistas PIBID.

bimestrais. No total, foram disponibilizados 400 PETs durante os anos de 2020, 2021 e 2022, distribuídos por nível de Ensino, conforme quantitativo apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Número de apostilas dos Planos de Estudos Tutorados (PETs) disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, nos anos de 2020, 2021 e 2022, por nível de Ensino.

Nível de Ensino	Número de apostilas dos PETs por ano		
	2020	2021	2022
Educação Infantil	12	4	0
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	97	22	5
Ensino Fundamental - Anos Finais	75	19	36
Ensino Médio	102	16	12

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da análise dos PETs disponíveis no site <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>.

O sítio virtual para o acesso aos materiais didáticos foi criado de maneira a tornar a navegação simples e intuitiva. Para facilitar a identificação do material, na página inicial os PETs eram agrupados por nível de Ensino. Ao selecionar o nível de ensino desejado o usuário era direcionado a uma página onde os PETs estavam distribuídos por ano letivo (Fig. 1).

A logística e a organização para a distribuição do material eram feitas por gestores e gestoras escolares, de acordo com a realidade de cada comunidade, podendo ser enviado por aplicativos de mensagens ou impressos e entregues às famílias, quando estas não possuíam acesso à internet, mas sempre respeitando as determinações da Secretaria de Estado de Saúde (SES) com relação aos protocolos sanitários de prevenção à Covid-19. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Educação, em 2020, mais de 97% do alunado teve acesso aos PETs, sendo que 28% dos/das estudantes os receberam de forma impressa. Em 2020, o primeiro ano do Regime de Estudo Não Presencial (REANP), os PETs foram ofertados para todas as cidades mineiras para serem também utilizados na rede municipal de ensino. A adesão era facultativa, mas um levantamento realizado pela SEE/MG, junto às Superintendências Regionais de Ensino (SREs), mostrou que mais de 70% dos municípios

mineiros utilizaram os Planos de Estudos Tutorados em suas redes de ensino (MINAS GERAIS, 2020).

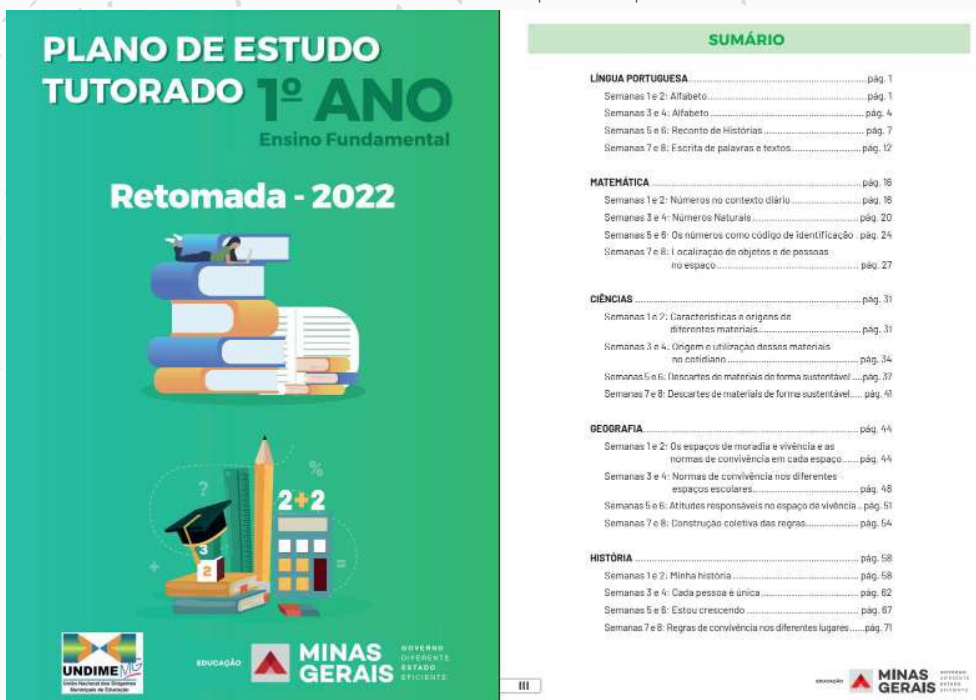
Figura 1. Apresentação do sítio virtual para acesso aos Planos de Estudos Tutorados. Os PETs eram divididos entre Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de conteúdos específicos para ensino regular e modalidades especiais.



Segundo a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2020) os Planos de Estudos Tutorados são um conjunto de atividades semanais que contemplam as habilidades e os objetos de conhecimento previstos para cada ano de escolaridade/componente curricular e respeitam a carga horária mensal de cada um. Cada apostila do Plano de Estudo Tutorado do anos iniciais do Ensino Fundamental, foco deste estudo, tem cerca de noventa páginas e conta com orientação de estudos e a oferta de atividades e conteúdos de acordo com a carga horária prevista em cada componente curricular e para todos os níveis de ensino, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Referencial de Minas Gerais (CRMG) com uma proposta interdisciplinar (Figura 2).

Figura 2. Apresentação do conteúdo de um Plano de Estudos Tutorados para o Ensino Fundamental Anos Iniciais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/portal/planos-de-estudo-tutorados>

Figura 2. Apresentação do sumário de um Plano de Estudos Tutorados, demonstrando a divisão das atividades por disciplina e semanas.



PLANO DE ESTUDO TUTORADO 1º ANO
Ensino Fundamental
Retomada - 2022

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	pág. 1
Semanas 1 e 2: Alfabeto.....	pág. 1
Semanas 3 e 4: Alfabeto.....	pág. 4
Semanas 5 e 6: Reconto de Histórias.....	pág. 7
Semanas 7 e 8: Escrita de palavras e textos.....	pág. 12
MATEMÁTICA	pág. 16
Semanas 1 e 2: Números no contexto diário.....	pág. 16
Semanas 3 e 4: Números Naturais.....	pág. 20
Semanas 5 e 6: Os números como código de identificação.....	pág. 24
Semanas 7 e 8: Localização de objetos e de pessoas no espaço.....	pág. 27
CIÊNCIAS	pág. 31
Semanas 1 e 2: Características e origens de diferentes materiais.....	pág. 31
Semanas 3 e 4: Origem e utilização desses materiais no cotidiano.....	pág. 34
Semanas 5 e 6: Descartes de materiais de forma sustentável.....	pág. 37
Semanas 7 e 8: Descartes de materiais de forma sustentável.....	pág. 40
GEOGRAFIA	pág. 44
Semanas 1 e 2: Os espaços de moradia e vivência e as normas de convivência em cada espaço.....	pág. 44
Semanas 3 e 4: Normas de convivência nos diferentes espaços escolares.....	pág. 48
Semanas 5 e 6: Atitudes responsáveis no espaço de vivência.....	pág. 51
Semanas 7 e 8: Construção coletiva das regras.....	pág. 54
HISTÓRIA	pág. 58
Semanas 1 e 2: Minha história.....	pág. 58
Semanas 3 e 4: Cada pessoa é única.....	pág. 62
Semanas 5 e 8: Estou crescendo.....	pág. 67
Semanas 7 e 8: Regras de convivência nos diferentes lugares.....	pág. 71

Fonte: PET Retomada - 2022, 1º Ano do Ensino Fundamental, páginas I e III.

As atividades começam com uma breve introdução dos conteúdos e alguns exercícios de caráter diagnóstico. Nas apostilas observa-se a predominância de textos escritos em relação às imagens, e a solicitação do acompanhamento dos cuidadores da criança para realização de determinadas tarefas, considerando que nem todas as crianças leem com autonomia nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Figura 3).

Figura 3. Exemplo da página inicial de uma atividade contida no PET dos anos iniciais do Ensino Fundamental, apostila do 1º ano, disciplina de Língua Portuguesa (2022, p. 7).

SEMANAS 5 E 6

<p>CAMPO DE ATUAÇÃO: CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO</p> <p>PRÁTICAS DE LINGUAGEM: Leitura/escuta (compartilhada e autônoma), Análise linguística/semiótica (Alfabetização), Oralidade.</p>
<p>OBJETO DE CONHECIMENTO:</p> <p>Protocolos de leitura, Formas de composição de narrativas, Contagem de histórias.</p>
<p>HABILIDADE(S):</p> <p>(EF01LP01X) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página e com espaço entre as palavras, obedecendo os limites de margens e linhas.</p> <p>(EF01LP26) Identificar elementos de uma narrativa lida ou escutada, incluindo personagens, enredo, tempo e espaço.</p> <p>(EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.</p>
<p>CONTEÚDOS RELACIONADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura - Alinhamento do texto. - Leitura / escuta de textos narrativos. - Elementos e partes da narrativa. - Participação nas atividades orais - reconto.

TEMA: RECONTO DE HISTÓRIAS

QUERIDA CRIANÇA,
VOCÊ GOSTA DE OUVIR HISTÓRIAS? É MUITO LEGAL NÃO É MESMO?
E QUE TAL RECONTAR UMA HISTÓRIA QUE VOCÊ OUVIU. HOJE VAMOS CONTAR A HISTÓRIA DE UMA PRINCESA QUE TEM OS LÁBIOS COR DE CARMIM E A PELE COR DE NEVE.
NÃO SE PREOCUPE, VOCÊ AINDA ESTÁ APRENDENDO A LER, POR ISSO UM ADULTO IRÁ TE AJUDAR NA LEITURA DAS ATIVIDADES.
PRESTE BASTANTE ATENÇÃO PARA RESPONDER AS PERGUNTAS DEPOIS DE LER O TEXTO.

RECAPITULANDO:

PARA INICIAR AS ATIVIDADES DESTA SEMANA VOCÊ DEVERÁ PERGUNTAR À CRIANÇA SE ELA CONHECE HISTÓRIAS DE PRÍNCIPES E PRINCESAS. PERGUNTE A ELA QUAIS HISTÓRIAS ELA CONHECE E, SE POSSÍVEL, PEÇA QUE ELA FAÇA UM BREVE RECONTO DA HISTÓRIA QUE CONHECE.

A HISTÓRIA DESTA SEMANA FOI ADAPTADA PARA QUE A CRIANÇA, COM SUA AJUDA, CONSIGA ACOMPANHAR A LEITURA DO TEXTO.

7

Página 11 / 89

— 🔍 +

EDUCAÇÃO



MINAS GERAIS GOVERNO
DIFERENTE. ESTADO.
EFICIENTE.

Segundo pontua Martins (2021) os PETs eram organizados por uma estrutura que abordava temáticas semanais, seguindo questões prontas, diretas e objetivas, sem a preocupação de oferecer informações e exemplos para contextualizar o conteúdo trabalhado,

relacionando-o com o cotidiano e a realidade do discente. Isso pode caracterizar uma dificuldade para o aluno em desenvolver a autonomia no processo de aprendizagem. Como é discutido por Freire (2021) é necessário que o processo de ensino-aprendizagem leve em conta a realidade histórico-social do aluno, como principal meio para a sua autonomia no processo de aprendizagem. Entretanto, compreende-se que as atividades dos PETs eram aplicadas aos estudantes, especialmente da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por intermédio de familiares ou cuidadores, dessa forma, apresentar uma atividade com a complexidade pedagógica que o processo de ensino-aprendizagem exige, poderia trazer mais dificuldades para a família em compreender a proposta da atividade e desenvolvê-la com a criança.

Outro desafio observado na elaboração dos PETs foi a abordagem de todos os conteúdos previstos pela BNCC para cada série/ano de cada nível de ensino (Quadro 2).

Quadro 2. Campos de experiências e Componentes curriculares (Disciplinas) a serem trabalhadas em cada Nível de Ensino segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nível de Ensino	Campos de experiência e Componentes*
Educação infantil	O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
Anos iniciais do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Educação Física.
Anos finais do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa, Comunicação e Linguagens, Estudos Orientados, Educação para a cidadania, Projeto de vida, Laboratório de matemática.
Ensino Médio	Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Sociologia, Língua Inglesa.

Fonte. Elaborado pelos autores e autoras a partir da análise dos PETs disponíveis no site <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>

***Nota.** Os campos de experiência elencados não são descritos de forma explícita nos PETs de Educação Infantil, mas são os apontados no Currículo Referência de Minas Gerais (pág. 42), que remete ao disposto na Base Nacional Comum Curricular. Já a listagem de componentes curriculares foi elaborada a partir de análise dos PETs, pelos autores e autoras.

É notável a diversidade de disciplinas, campos de experiências e componentes específicos que devem ser desenvolvidos em cada ano/série, tais conteúdos, mesmo em uma abordagem interdisciplinar exigem estratégias pedagógicas específicas inerentes a cada área do conhecimento. Entretanto, frente a urgência que se apresentava, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais se viu diante do desafio de adequar todos os conteúdos próprios de cada etapa da escolarização em um curto espaço de tempo para a realidade do ensino remoto, fato este apontado como causador das diversas falhas encontradas nos PETs (BALDUCCI; FURLANI, 2022; MOREIRA; MENDES, 2021; MUNIZ-DIAS et al., 2022; VITIELLO; SOUZA, 2021).

Neste contexto, a elaboração dos PETs, seus conteúdos e aplicabilidade foram tema de estudos em diversas áreas da Educação. Salienta-se que aqui serão evidenciadas apenas pesquisas relacionadas às análises dos PETs elaborados para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é o nível de ensino foco deste estudo. Todos os estudos analisados apontaram falhas na construção dos materiais, erros ou insipiência conceitual ou mesmo fragilidades na aplicabilidade dos PETs. Entretanto, todos evidenciaram o tempo recorde que os materiais foram elaborados e sua importância para a manutenção, mesmo que paliativa, dos estudos das crianças mineiras.

Leão, Oliveira e Leão (2020) ao avaliarem os PETs com vistas nos conteúdos relacionados à Alfabetização, constataram que os materiais analisados referentes ao ano de 2020 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ensino regular, modalidade especial e educação indígena, apresentavam conteúdos e elementos que propiciam a alfabetização. Entretanto, os materiais analisados exigem a mediação de um profissional treinado, o que não correspondeu à realidade da maioria das famílias, nas quais os estudantes tinham apoio de familiares para a realização das tarefas ou mesmo desenvolviam as atividades sozinhos.

Já com relação ao ensino de Matemática, Narciso e Carneiro (2022), analisaram os conteúdos de Álgebra nos PETs destinados ao 2º ano do Ensino Fundamental disponibilizados no ano de 2020. Dos sete volumes disponibilizados, apenas três apresentavam unidades com a temática, os autores verificaram que as atividades

propostas contemplavam as habilidades e competências apontadas pela BNCC para aquele ano/série e poderiam estimular o pensamento crítico dos estudantes. No entanto, as orientações iniciais para a realização das atividades eram superficiais, o que poderia dificultar a execução das mesmas, principalmente se estas fossem mediadas apenas por familiares sem intimidade com o tema.

Moreira e Mendes (2021), realizaram um estudo relacionado aos conteúdos de Língua Portuguesa no PET - volume 1 de 2020, destinado ao 1º ano. Através de sua análise constataram que o material carecia de variedade de conteúdos relacionados à temática, além de um número reduzido de atividades, as quais não contemplavam todas as habilidades e competências apontadas pela BNCC para o 1º ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Entretanto, admitem que por se tratar do primeiro volume, tais erros foram decorrentes do pequeno espaço de tempo em que o material foi preparado e que tais erros seriam sanados nos próximos volumes.

Em 2020, devido às comemorações de 300 anos do Estado de Minas Gerais, foi elaborado o “PET Comemorativo dos 300 anos de Minas Gerais”. Com base neste material, Vitiello e Souza (2021) analisaram os conteúdos de Geografia destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os autores verificaram falhas na apresentação do material como a falta de sumário, imagens provenientes de fontes não confiáveis, conteúdos abordados superficialmente, com carência de mapas e atividades de cartografia, além de pouca variedade de gêneros textuais, fatores que deixaram os conteúdos menos atrativos para os estudantes. Apontam ainda que da forma como foi apresentado, o material não cumpre seu objetivo de gerar no estudante uma consciência geográfica que o leve a valorizar o estado mineiro e suas riquezas.

Por fim, Muniz-Dias e colaboradores (2022), avaliaram a inserção dos conteúdos relativos à Educação Ambiental nos PETs dos anos de 2020 e 2021 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ensino regular. Por se tratar de um Tema Transversal, os autores avaliaram todos os volumes (11 no total) em busca de unidades temáticas relacionadas à Educação Ambiental. Através das análises foi possível identificar 93 unidades temáticas relacionadas ao tema e que muitas atividades apresentavam abordagens interdisciplinares, entretanto com maior ênfase em atividades tradicionais

e expositivas. Além disso, a pesquisa evidenciou que algumas atividades apresentavam certa complexidade o que exigia a mediação de um adulto, o que pôde não ter sido a realidade de muitas crianças que realizavam suas atividades sozinhas.

A partir da análise destes estudos foi possível observar alguns pontos comuns observados pelos autores com base em suas percepções sobre os PETs. Primeiro e talvez o fator mais evidente seja a dificuldade de grande parte dos estudantes e professores em acessar a internet, o que limitou a interatividade na relação professor-aluno e o acesso a materiais *on-line* interativos como jogos e vídeos. Este fato evidenciou a diversidade social do estado de Minas Gerais e desvelou as desigualdades que foram intensificadas com a pandemia, gerando efeitos diretos sobre o acesso da população à educação. Outra constatação notável é a falta de familiaridade dos professores com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e sua aplicabilidade nos processos de ensino-aprendizagem. A pandemia e o ensino remoto trouxe à luz uma fragilidade e uma necessidade urgente na Educação brasileira que é a inserção das tecnologias na formação inicial e especialmente formação continuada dos profissionais de todos os níveis de educação. A educação pública brasileira precisa acompanhar os avanços tecnológicos os quais fazem parte do cotidiano das crianças e aprender a utilizá-los como recursos pedagógicos. Por fim, os trabalhos aqui explorados reconhecem a importância dos PETs enquanto estratégia para diminuir os impactos negativos do isolamento social na educação mineira e apontam com suas análises vislumbres de ações necessárias para retomar o ensino em uma realidade pós-pandêmica.

Apesar de todas as fragilidades observadas nos PETs e discutidas neste capítulo, Barberia e colaboradores (2020) apontaram em seu estudo que Minas Gerais ficou entre os três melhores estados no Índice de Educação a Distância. O levantamento foi realizado entre os meses de março e outubro de 2020, indicando que o modelo de ensino remoto desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais alcançou nota 5,83, bem acima da média nacional, que ficou em 2,38. O levantamento considerou as ferramentas implementadas, a cobertura e a agilidade na implementação do ensino remoto para alunos da rede estadual. Nesse sentido, mesmo com diversas fragilidades, as estratégias adotadas

pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em caráter emergencial durante a pandemia, atuou no sentido de diminuir os impactos danosos do isolamento social sobre a educação mineira, quando comparada com outros estados brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notavelmente a pandemia causada pelo COVID-19 causou diversos impactos sociais que afetaram direta ou indiretamente a vida das pessoas. Com a educação não foi diferente, o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais que perduram por mais de dois anos causaram uma fissão nos processos educacionais nas diversas etapas da educação. Frente a esta realidade os governantes das esferas federal, estadual e municipal elaboraram, de forma emergencial, estratégias para garantir, mesmo que de forma remota, as atividades acadêmicas. Neste trabalho foram avaliados os Planos de Estudos Tutorados (PETs) elaborados pelo Estados de Minas Gerais para o ensino remoto emergencial, especificamente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A partir das análises e reflexões aqui apresentadas foi possível observar que os materiais elaborados apresentam diversas fragilidades tanto em sua estrutura, quanto em sua aplicabilidade. Tais fragilidades estão relacionadas ao curto espaço de tempo em que o material foi preparado, além de questões sociais inerentes ao período pandêmico, principalmente relacionadas ao acesso à internet e sua utilização. Apesar dos problemas observados neste estudo, tanto os autores do presente trabalho, quanto os autores consultados reconhecem a importância dos PETs para minimizar os impactos da pandemia sobre a educação mineira. Para além de apontar potencialidades e fragilidades nos PETs, este projeto tem o objetivo de suscitar outras pesquisas nesta mesma direção focando em diferentes níveis da educação, para que a partir destes dados autoridades, gestores e professores possam elaborar estratégias para mitigar os efeitos do ensino remoto após o retorno ao ensino presencial.

AGRADECIMENTOS

Os autores deste trabalho agradecem a toda a equipe do Subprojeto Pedagogia do PIBID (Edital 02/2020) que possibilitaram o contato e a vivência dos desafios encontrados durante o Ensino Remoto, especialmente às Professoras Supervisoras, Professoras acompanhantes e os Bolsistas participantes. As discussões, anseios e desafios experienciados durante o processo tornaram estes momentos profícuos para subsidiar a construção de novos saberes dentro de uma proposta que se mostrou efetivamente colaborativa e cooperativa. Por fim, agradecemos à Coordenação Institucional do PIBID/UEMG por todo o suporte durante a implementação do Projeto, e à Gestão da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas/UEMG, a Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas e à Gestão e equipes das escolas que subsidiaram e acolheram o Subprojeto Pedagogia.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela ML, et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020, 25.suppl 1: 2423-2446.

BALDUCCI, Isabella; FURLANI, Juliana Maria Sampaio. Análise do primeiro módulo dos recursos didáticos de Química para escolas estaduais de Minas Gerais durante a pandemia de COVID-19. **Anais dos Encontros de Debates sobre o Ensino de Química**, n. 41, 2022.

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R.; SCHMALZ, Pedro Henrique de Santana. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19**. FGV, Edição As políticas de ensino à distância no Brasil, 2020. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 88**, de 2020. 2020a. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141114>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020**. 2020b. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/31993957>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. 2020c. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em 21 de outubro de 2022.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Medida Provisória nº 934**, de 1º de abril de 2020. 2020d. Disponível em <https://in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em 22 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Nota de esclarecimento**. Brasília, DF, 18 de março de 2020. 2020e. Disponível em <https://www.consed.org.br/storage/download/5e78b-3190caee.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2022.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 14.040**, de 18 de agosto de 2020. 2020f. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 5 de agosto de 2021. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp-002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 26 de novembro de 2022.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie.; MORRIS, Pamela A. The ecology of developmental processes. In: Damon, William; LERNER, Richard M. (Orgs.) *HANdbook of child psychology*. New York: John Wiley & Sons, 1998, v.1, p. 993-1027.

CIOTTI, Marco, et al. The COVID-19 pandemic. **Critical reviews in clinical laboratory sciences**, 2020, 57.6: 365-388.

ETCHEVERRIA, Teresa Cristina. A Problematização no Processo de Construção de Conhecimento. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; AUTH, Milton; MORAES, Roque; MANCUSO, Ronaldo (Orgs.). **Aprender em Rede na Educação em Ciências**. Ijuí: Unijuí, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 68.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GATTI, Bernardete A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 35-48.

GRENDENE, Camila Senedese, et al. Coronavírus (covid-19): história, conhecimento atual e sequelas de longo prazo. **Revista Corpus Hippocraticum**, 2021, 1.1.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Pesquisa revela resposta educacional à pandemia em 2021**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-resposta-educacional-a-pandemia-em-2021>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados da segunda edição da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Disponível em https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2022.

LEÃO, Marcos Lorrain Paranhos; DE OLIVEIRA, Maria Tereza Damasceno; LEÃO, Sinara de Oliveira Paranhos. Alfabetização na pandemia: políticas públicas do estado de Minas Gerais, Brasil, direcionadas à educação nos anos iniciais do ensino fundamental no período de isolamento social. **Civicae**, v. 2, n. 2, p. 18-22, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

LUCAS, Lílian Schwanz, et al. Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: orientações do departamento de psiquiatria da infância e adolescência da Associação Brasileira de Psiquiatria. **Debates em Psiquiatria**, 2020, 10.2: 74-77.

MARTINS, Arthur Tavares Coura. (2021). **Uma reflexão sobre os Planos de Estudos Tutorados da rede estadual de educação de Minas Gerais: PET's da educação infantil**. 2021. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

MATTA, Gustavo Corrêa et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **REANP** - Regime Especial de Atividades não Presenciais. Disponível em file:///C:/Users/Principal/Downloads/Orientacao_26315745_DOC_ORIENTADOR_REANP_2021.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2022.

MINAS GERAIS. COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19. **Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 1**, de 15 de março de 2020. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPECAO_ESCOLAR/Boletim_mai_o/DELIB_COVID-19_N%C2%BA_1_20.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2021.

MINAS GERAIS. **Guia de Utilização do Plano de Estudo Tutorado (PET)**. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Guia%20de%20Uso%20do%20PET.p> df. Acesso em 28 de novembro de 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEENº4310 de 17 de abril de 2020**. Disponível em https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/2020/INSPECAO_ESCOLAR/Boletim_maio/RESOLU%C3%87%C3%83O_SEE_N%C2%BA_4_310-teletrabalho.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2022.

MINAS GERAIS. **Mais de 70% dos municípios mineiros estão utilizando os Planos de Estudos Tutorados**. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/ajuda/story/10942-mais-de-70-dos-municipios-mineiros-estao-utilizando-os-planos-de-estudos-tutorados>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

MUNIZ-DIAS, Izabella; FIGUEIREDO, Maria Goreti; TAVARES, Raissa; CANEDO-JÚNIOR, Ernesto. A Educação Ambiental no contexto pandêmico: análise de sua inserção nos Planos de Estudo Tutorados (PETS) do Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 5, p. 445-463, 2022.

NARCISO, Ana Lúcia do Carmo; CARNEIRO, Reginaldo Fernando. A álgebra no 2.º ano do Ensino Fundamental: uma análise dos planos de estudos tutorados de Minas Gerais. **TANGRAM-Revista de Educação Matemática**, v. 5, n. 2, p. 03-23, 2022.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia**. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITIELLO, Márcio Abondanza; DE SOUZA, Vilma Lúcia. O PLANO DE ESTUDOS TUTORADOS MINAS 300 ANOS DURANTE A PANDEMIA

DE COVID-19: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 230-248, 2021.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998